



REDACTOR PRINCIPAL  
**ALEXANDRE VIEIRA**  
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho  
EDITOR—**JOAQUIM CARDOSO**

Redacção e administração Calçada do Combro, 38-A, 2.º  
Lisboa—PORTUGAL  
End. telegr. *Talaba*—Lisboa • Telefone: 17  
Officinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ—PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

## Evitemos o desastre

Acentuam-se, com uma manifesta tendência para se agravarem, os terríveis efeitos da ganância e do assombração, dois dos mais infames e criminosos processos de que criaturas sem sentimentos nem escrúpulos se tem valido para fazerem rápida e facilmente grandes fortunas que contrastam fustivamente com a profunda miséria do povo, a quem a fome começa já a fazer desesperar, arremessando-o para os assaltos e para o ataque aos culpados da sua miserável situação.

Em diversos pontos do país se tem manifestado as populações, erguendo-se contra a carestia e a escassez dos géneros mais necessários à vida, cansadas de sofrer tantas torturas e de esperar inúteis medidas dos governantes, que não alguma tem feito em benefício do povo e que, pelo contrário, tem simplesmente atendido aos interesses dos exploradores, que cada vez se mostram mais insolentes e gananciosos.

E não é necessário ser-se profeta para vaticinar que esta corrente de protestos de famintos e escarnecidos se intensificará de dia para dia, visto que as causas que lhe dão origem não desaparecem, antes se vão acumulando de momento para momento.

Nada se tem feito de sério e honesto no sentido de evitar a miséria do povo, porque dentro do actual regime da sociedade nada é possível tentar em tal sentido, sem tocar nos condenáveis privilégios de que gozam as classes ricas e poderosas, a que pertencem os que manejam a política burguesa.

Se a algum dos políticos que tem chamado as cadeiras do poder o animou um sincero desejo de ser útil à população escravizada pelos detentores da riqueza social, se era inteligente, ele via rapidamente a impossibilidade de realizar uma obra honesta, capaz de impedir os estragos a que fatalmente se conduzir as ambições desenfreadas do capitalismo.

A esta conclusão, estamos convencidos, terão chegado muitos deles, mas por cobardia ou por interesses de classe não tem tido a coragem de proclamá-lo bem alto e lançarem-se no verdadeiro caminho que pode dar solução ao problema, antes tem procurado todos os subterfúgios para iludir a massa popular, tomando medidas que, embora protejam a precária situação das questões, não mais fazem que pior-las, usando e abusando assim dum expediente já sédio, porque, dentro da actual organização política e económica da sociedade, outra coisa não é permitido fazer que não seja baseada na mentira e no roubo, em proveito da minoria parasitária e em detrimento da maioria trabalhadora.

Mas, estes recursos ilusórios e repugnantes de que se tem lançado mão, não já emperrando a marcha da caranguejola político-económica em que vivemos. A fome bate com uma insistência furiosa às portas das populações e não tardará a instalar-se com a maior incriminatória e de vez nos tugúrios dos pobres, passando assim de visita a dona da casa, onde reinará com todo o cortejo de horrores que sempre a acompanhava.

E os governantes ao que farão quando chegar esse momento solene e pavoroso?

Naturalmente o que já fazem hoje. Mandarão a guarda republicana calar com chumbo as bocas que pedem pão. Não podem nem sabem fazer outra coisa. Curtos de raciocínio uns, tendo-o outros sonegado pelas redes dos interesses burgueses, não se apercebem dos acontecimentos a distância, e quando estes surgem com o seu aspecto aversivo, só encontram uma saída: mandar dar bordoadas de cego.

Merradas aos seus privilégios, as classes burguesas não querem ceder o passo ao progresso social, e como resposta aos sinais dos tempos, que não desistem de se mostrarem implacavelmente, indicando a necessidade de mudar de rumo, elas só encontram um argumento: organizar cada vez com maior perfeição a sua defesa, de modo a fazer reprimir, com todos os extremos da violência, o que ela pretende que sejam veleidade de emancipação das classes operárias.

Para isso se reforçam constantemente a guarda republicana e a polícia, tornando-se-lhe os mais aperfeiçoados instrumentos de morte.

Mas onde poderá conduzir esta atitude agressiva e escravizadora do capitalismo?

E que a ineptia e a ambição da bur-

## NOTAS & COMENTÁRIOS LEIS DE EXCEPÇÃO

Não é preciso... Informação da

Arcação:

O ministro das colónias deu ordem a todos os governadores ultramarinos para promoverem a intensificação da cultura dos géneros de primeira necessidade, a fim de se abastecer a metrópole.

Achamos tolice. Não é necessária a intensificação das culturas, porque ao país parece nada faltar. Se assim não fosse, ter-se-ia aproveitado o que para aí existe em enormes quantidades e que as entidades oficiais votam ao desprezo.

E para prova, basta dizer-se que só no entreposto colonial, em açúcar, milho, feijão, manteiga, etc., encontram-se alguns milhões de quilos, que não são levantados, demonstração esta que inutiliza a boa vontade do ministro.

Parece que a fartura é absoluta...

Repressão Quasi todas as revoltas nascem da tirania ou da miséria, quando não são resultado das duas coisas juntas.

A miséria e a tirania é o que campeia neste país. Pois O Tempo, apesar disso—O Tempo, que muito tem bradado contra as violências governamentais—não está contente. Pede mais repressão. E' certo que não a pede para si, mas para os inimigos da sociedade, que diz serem os jovens sindicalistas.

Onde terá esta gente a cabeça?

Conselhos... As fofas burguesas, de quando em vez, lembram-se de arranjar soluções geniais para a crise das subsistências. Tratam então de dar ao povo o seu conselho protector. O último consiste em proclamar que é necessário trabalhar mais e economizar muito. São assim, dizem, se conseguirá aumentar a produção.

Vontade tinham os produtores de lhes serem agradáveis. Mas por onde vão de economizar se o dinheiro não lhes chega? Como não de trabalhar mais, se já trabalham além do que seria necessário se não houvesse ali tanto parasita, com a agravante dos que produzem não comerem o suficiente?

As armas Há problemas de alta importância a resolver—nos vamos falar nas subsistências—mas não no carvão (e um certo vereador da Câmara não o ignora).

Tanto assim que considera um dos maiores, dos mais altos, dos mais urgentes—atentai nisto, ó gentes!—a modificação das armas de Lisboa! É por causa dessas armas *talassas*, contra as quais se insurgiu o sr. Eduardo Moreira—porque não é outro o tal vereador—que o povo tem fome e que as injustiças se praticam a todo o momento.

Lisboa não pode suportar por mais tempo aquelas armas, que são um verdadeiro insulto. Lisboa, que tem sido tanto enganada por políticos e assombração, tem-se calado tanto que merecia em lugar daquelas armas velhas e *talassas*, as armas... de S. Francisco

Ainda os acontecimentos de Castelo Branco

O comércio vai gratificar a guarda Um edital czarista

CASTELO BRANCO, 23.—C.—Os comerciantes daqui, não contentes com o roubo e o envenenamento do povo, preparam-se para dar um golpe nas vítimas, que já fartas de tanta exploração se revoltaram.

Para procurarem tirar uma dura vingança da justa atitude do povo, realizaram os comerciantes, no dia 21 p. p., uma reunião, em que entre outras coisas resolveram abrir entre si uma subscrição para gratificar a guarda republicana, que, depois de multissimas vezes ter dito coisas ao povo, como se pode provar com muitas testemunhas, que espontaneamente se tem oferecido, o espancamento desalmadamente, quando ele se lançou num acto de desespero contra os seus algozes.

Ficou estabelecido que, no caso da guarda republicana se recusar a aceitar esse dinheiro arrancado à miséria do consumidor, lhe fosse oferecida uma bandeira.

Houve um bruto que propôs que os estabelecimentos não abrissem emquanto os nossos camaradas não fossem conduzidos para Lisboa, pois que, segundo eles, deviam ser julgados pela última lei sclerada do sr. Ramos Preto.

Outros propuseram para que se pedisse a dissolução da Associação Corticeira, porque dizem ser um foco de agitação e perturbação da ordem, como se não fossem eles os causadores da miséria e os perturbadores da ordem.

Mas parece-nos que não conseguem os seus málovolos fins, pois a direcção da Associação tem empregado todos os esforços para conseguir a liberdade dos presos, tendo saído alforçados de 1.800\$00, no dia 22. Ao tribunal accorreu grande quantidade de operários de todas as classes, que se prontificaram a contribuir para todas as despesas necessárias.

Como ontem se realizasse uma imponente reunião na Associação dos Corticeiros, a fim de se tratar do que havia a fazer em face da afronta feita pela Associação Commercial, foi resolvido pedir a intervenção da Confederação Geral do Trabalho e tomadas outras resoluções de carácter reservado, pois hoje apareceram uns editais de secretário geral do govê civil, proibindo todas as manifestações de carácter colectivo, bem como ajuntamentos nas praças da cidade, e dizendo que os transgressores serão enviados para Lisboa e entregues ao governo. Isto até ordens em contrário.

Como se vê isto é tudo quanto há de mais audacioso e revoltante, sendo necessário que o povo não desanime e faça ouvir a sua voz contra os seus car-

Já A Batalha transcreveu, no seu número de 24 do corrente mês, um trecho do critério artigo que o dr. sr. Trindade Coelho publicara na véspera, sob o título acima, no diário A Pátria.

Outros trechos se encontram nesse artigo que merecem ficar arquivados nas colunas desta folha, porque nelas recorda o dr. Trindade Coelho, que foi companheiro do sr. António Granjo em Coimbra, o combate que ambos, aliados ainda a alguns outros companheiros de Universidade, deram então às leis de excepção da monarquia, atitude com a qual não tem sido consequente o actual presidente de ministério, que, além de haver tido agora a triste ideia de mandar exercer a censura sobre alguns jornais, colaborou, como parlamentar, na odiosa lei de excepção de 12 de Julho de 1912, da qual, se bem nos recordamos, foi relator.

Permita-se-nos, pois, que reproduzamos os seguintes trechos do interessante artigo do dr. sr. Trindade Coelho:

«Assim como juntos mais de um manifesto ao país; juntos nos encontramos, com Carlos Amaro, com Campos Lima e com outros cujos nomes não me ocorrem de momento, numa das salas da câmara dos deputados, quando viemos pedir ao governo do sr. João Franco, em nome dos estudantes das cinco faculdades, a reforma dos estatutos e do ensino universitário; e juntos estivemos, finalmente, nesse belo movimento de solidariedade e de independência que foi a greve de 1907.

Não estranhará, pois, António Granjo que eu, seu amigo e seu companheiro, venha lembrar-lhe, por intermédio de A Pátria, alguns pequenos e insistentes motivos da nossa propaganda de outrora. Este entroura tem uns treze anos de desilusões bem tristes e de aspero caminho andado. Andado com tal velocidade, com tal pressa de chegar, que essas pobres e insistentes motivos ficaram perdidos e esquecidos na poeira do tempo. E se um ou outro lembramos, ainda é com o auxílio de um óculo.

Antes de mais—e porque vem a propósito—permitemo-nos lembrar a António Granjo que foi precisamente contra as leis de excepção que combatemos o melhor e o mais belo dos combates.

Ora nem eu, nem António Granjo, nem os nossos camaradas estamos tão velhos que levemos à conta de falta de memória este indiferente e inexplicável cruzar de braços perante o que se está passando. E o que se está passando é isto na sua pavorosa e edificante sim-

plicidade: as liberdades constitucionais são um mito.

Enunciadas em letra redonda e solene do código fundamental, todas elas, de norte a sul, estão sujeitas, no entanto, ao imperativo *crê ou morre*. A liberdade de pensamento mantém-se apenas para aqueles que, paradoxalmente, se opõem a ela.

Não é uma garantia constitucional: é uma abstracção doutrinária. Esta abstracção porém, é sempre mantida, e vigiada por uma poderosa realidade: pela fórmula nitro-glicerina.

As leis que regulam a liberdade de pensamento—e que a regulam sem sofismas—sofrem as interpretações particulares e as oscilações partidárias da política indigena.

Provas: ainda anteontem, por crime de liberdade de imprensa, foi condemnado num tribunal militar, isto é, num tribunal de excepção, o sr. dr. Hipólito Raposo, processado, pelo mesmo crime, num tribunal comum.

Ora perante as leis e perante o parlamento só uma de duas coisas tem a fazer cidadão dum Estado livre: ou discutir-las no sentido de pedir que as reformem, ou cumpri-las. A lei obriga a todos. Mas o exemplo do seu cumprimento, esse tem de ser dado aos que estão de baixo, pelos que estão de cima.

O contrário é a inversão dos poderes, é a indisciplina, é a dúbida, é o mau exemplo, é enfim a anarquia. A Suíça é um grande país porque lá, desde o presidente da Confederação ao pastor cantonal, todo o povo cumpre a lei. Em Portugal, porém, ainda se dá outro fenómeno, inédito em qualquer país do mundo: as leis de excepção, muitas vezes, não saem dum ditadura; saem do parlamento. E saem do parlamento porque este é o reflexo da *retaliação geral*. Na verdade, esta *retaliação geral* tem várias vezes afirmado e proclamado a necessidade de se entregar a tribunais especiais o julgamento de certos crimes—pelo facto de os tribunais comuns não oferecerem confiança. Um governo e um parlamento que não tem confiança nos seus magistrados, ou os manda ouvir em sindicância ou os manda demitir em processo, se houver razões para os demitir.

O que nem os governos nem o parlamento podem e devem permitir é que sobre os tribunais comuns, ou melhor, sobre os magistrados destes tribunais, continue a pesar uma dúvida ou a manter-se um suspiço.

Creio que António Granjo concordará comigo. De resto, nas nossas leis civis e criminais, não há coisa que não esteja previsto: até os próprios crimes de imprensa. Em resumo: vivendo sem garantias constitucionais não nos constituímos um povo: constituímos uma *kabala*.

telegrafar ao presidente do ministério no sentido de que sejam mantidas as disposições da actual lei do inquilinato, por ele promulgada, que favorecem os inquilinos, e que na revisão da lei lhes sejam incluídas as disposições apontadas na representação a que nos referimos e transcreveremos, para assim se pôr cõbo aos abusos dos senhores. Idêntico telegrama enviou ao dr. sr. Campos Lima, membro da comissão revisora da lei em referência.

Resolveu mais a União dos Inquilinos de Portugal, activar os trabalhos preparatórios para a realização dum comício público, que na reunião do inquilinato de 4 do corrente se resolveu levar a efeito, assim como oficial a União dos Sindicatos Operários do Porto e à Confederação Geral do Trabalho, pedindo-lhes a sua adesão ao movimento iniciado contra a pretensão dos senhores, em querer subir o preço dos alugueiros com abrigio legal e obter, pela revisão da lei, maior facilidade nos despejos.

União dos sindicatos Operários

Realizou-se anteontem, conforme tínhamos noticiado, uma nova entrevista da comissão administrativa deste organismo com a comissão de sócios auxiliares de A Voz do Operário, respeitante à situação desta instituição. Como não se tivesse concluído os trabalhos, estes proseguirão em nova reunião, que amanhã se realizará, pelas 20 horas.

Em Espanha

O gerente duma fábrica morto a tiro

BARCELONA, 26.—O gerente duma fábrica no bairro de Gracia foi atacado a tiro falecendo pouco depois. O assassino foi capturado por um polícia.

No bairro Orta os operários estão divididos quanto à duração do dia de trabalho: uns, querem o dia normal de 8 horas, e outros desejam trabalhar mais. Ontem após uma longa discussão vários grupos agrediram-se trocando numerosos tiros, resultando, além de vários feridos leves, um morto e um gravemente ferido.—Rádio.

TARRAZA, 26.—Em consequência de se ter solucionado o conflito social terminou o lock-out patronal reabrindo esta manhã as fábricas.—Rádio.

Continuam as greves em Bilbau

BILBAU, 26.—As greves declaradas na semana passada continuam sem solução, continuando as diligências para as regularizar, supondo o governador e o alcalde que em breve conseguirão.

Em Barrocal os operários não grevistas foram agredidos a tiro pelos grevistas, havendo vários feridos em estado grave; os agressores conseguiram fugir.—Rádio.

Como desde então os governos se tem sucedido, aquela cooperativa, numa das suas últimas reuniões deliberou

## Contra a carestia da vida

Realiza-se hoje, pelas 20 horas, na sede da Associação de Classe do Pessoal do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional, calçada da Graça, 12, a segunda sessão do movimento iniciado pela C. G. T. contra o agravamento do custo da vida.

Consumidores, comparece à sessão!

## Os trabalhistas e o governo inglês

Debatem-se os graves problemas da paz com a Irlanda e com a Rússia soviética

LONDRES, 26.—No sábado à noite foi publicada a seguinte comunicação oficial sobre a entrevista realizada pelo primeiro ministro com os delegados da comissão parlamentar do Congresso trabalhista chefiado pelo sr. Thomas, membro do parlamento e secretário da União Nacional dos ferroviários, comissão que foi com-nicar a resolução do congresso.

O sr. Thomas—diz o comunicado—insistiu sobre o carácter grave que apresenta a situação irlandesa.

Supomos, declarou, que a crise actual é devida em primeiro lugar à negatiga do governo britânico em reconhecer as reivindicações que a Irlanda formula há muito tempo a favor da sua autonomia, e em segundo lugar, os acontecimentos que se desenrolam actualmente obedecem a que o governo britânico fracassou na sua tentativa de que os há alguns anos organizaram abertamente uma revolução militar.

Apresentamo-nos com um plano completo e preciso para que se conceda a Irlanda a lei de Domínio, com o reconhecimento implícito do problema que se apresenta no Ulster, pois os trabalhistas reclamam antes de tudo a protecção das minorias.

Estou completamente convencido de que nunca houve uma ocasião mais favorável para fazer a paz com a Irlanda sem comprometer a segurança do império. O Congresso dos trabalhistas é de opinião que é inútil persistir no caminho aberto pelo projecto de lei que actualmente se discute, se não se reconhecer a Irlanda como Nação.

O sr. Bonar Law perguntou então se o sr. Thomas é de opinião que o Ulster se deve colocar de fora da comunidade irlandesa, ao que este respondeu:

—Sim, se tal é a sua vontade.

Lloyd George perguntou:

—Se o Ulster deseja ter o seu parlamento porque lho negam os senhores?

—Porque—respondeu Thomas—os representantes autorizados, declaramos que o actual regime com dois parlamentos como estipula o seu projecto não resolve a questão irlandesa.

Sucedo o que suceder, o proletariado inglês não pode desinteressar-se das dificuldades da Irlanda. Pedirá também

uma trégua aos partidos irlandeses com o fim de que desapareçam os assassínios e insistirá junto do governo para que este insista também.

«Só temos enviado tropas à Irlanda—respondeu Lloyd George para reprimir os assassínios. Quando estes terminarem retiramos as nossas tropas.

O primeiro ministro acrescentou: que estava disposto a discutir com representantes autorizados da opinião irlandesa para chegar a uma solução do problema, porém, com as duas reservas seguintes:

—Que nunca aceitaremos uma guerra de sucessão, no sentido americano da palavra, e que nos consideramos igualmente obrigados com o comando do noroeste.

O sr. Thomas respondeu:

«A ponte que V. deseja lançar entre o povo irlandês e a Inglaterra é a mesma que a comissão irlandesa do Congresso trabalhista quer estabelecer.»

O primeiro ministro disse então:

«Estou certo que se preparam graves acontecimentos, que não podemos permitir que cheguem a ser uma realidade. Por conseguinte, suceda o que suceder, devemos operar. Eis tudo o que tenho a dizer.

Abordando depois a questão polaca, o sr. Thomas pediu um reconhecimento franco do governo dos soviets.

Lloyd George respondeu:

«Tudo o que pedimos é que a paz se faça entre a Polónia e o governo de Moscovo.

Thomas insistiu então sobre o facto de se saber se o governo inglês estava disposto a entrar imediatamente em negociações com o governo de Moscovo.

O primeiro ministro declarou que não. Tinha convidado os representantes dos Sovietes a vir a Londres para discutir as condições de paz entre a Polónia e a Rússia, e isto era tudo.

O sr. Thomas insistiu pela última vez e perguntou se era esta toda a política do governo inglês. Lloyd George respondeu afirmativamente.

Em nome dos delegados o sr. Thomas agradeceu ao primeiro ministro e retirou-se seguido dos seus colegas.—Rádio.

Um "film" sem fim

Os «colossos» continuam a sua série policial

Os grandes rotativos não se detêm na sua campanha de difamação, publicando notícias contraditórias acerca de supostos complots.

Anteontem a *tenebrosa* combinação havia sido feita numa casa do Alto do Pina. Ontem já não era no Alto do Pina, mas no edificio onde está instalada a C. G. T. num gabinete contíguo ao que é ocupado pela Juventude Católica, segundo uns; Juventude Monárquica, segundo outros.

A Juventude Monárquica está efectivamente instalada no mesmo edificio, onde mora gente de vários matizes. Porém, uma comissão da Juventude Sindicalista Central, que ali foi informar-se do caso, diz-nos que, segundo um membro da direcção da Juventude Monárquica lhe comunicou, nada ali se tinha ouvido, nem tam pouco autorizara a policia a instalar-se na sua sede. E ainda acrescentou que nem sequer para tal fim lhe se dirigiram as autoridades.

Vê-se, por aqui, de que maneira os referidos periódicos são informados e que prazer especial tem em caluniar, em deturpar a verdade.

Não sabemos já quantas versões diferentes tem corrido sobre o caso, nem quantas virão ainda a correr: o que é para admirar é que sendo essa imprensa de sentimentalidade tam fátíl, nada tenha ainda dito sobre os espancamentos aos presos, facto bem mais real e patente. Não sabe a policia se eles estão implicados nos delitos que lhes atribuiu; no entanto, espanca-os. Mas dado o caso de serem efectivamente culpados, a desumanidade não desapareceria, o acto criminoso de espancar era sempre o mesmo.

Enfim, trata-se duma verdadeira novela de Rocambole ou de Arsénio Lupin. Perpassam nos relatos disfarces, *fraks*, alugados em guarda-roupas, armas embriulhadas em papel e olhares penetrantes de agentes, que logo descobrem a sua marca através do papel. E' uma imitação à frase celebre, que entra em todos os romances de Conan Doyle: «Sherlock Holmes, com o seu olhar de hince...»

Daria isto vontade de rir se à sombra

de tal comédia, que visa sobretudo a desacreditar ideias, não se praticassem injustiças tremendas, com a prisão de inocentes e o espancamento de presos.

A Capital dizia ontem que mais um cúmplice tinha sido preso. Ora esse fumaço cúmplice, que se encontra na esquadra do Rato, é Armando dos Santos, operário metalúrgico, conhecido por toda a gente por honesto e sossegado.

Já no nosso artigo de ontem fizemos notar as contradicções que se notam, mesmo à vista desarmada. Mas a grande alavanca do progresso não se detém. Esses casos recambolosos aumentam-lhe, provavelmente, a venda, e, no fim de contas, a sorte de muita gente, a honra de tantos, depende apenas do bom negócio dos colossos da informação.

Hoje devem continuar as séries, porque o *film* é imitação portuguesa dos processos americanos...

Comissão pró-presos por questões sociais

Reuniu esta comissão, que apreciou a situação dos camaradas que se encontram presos. Vieram da Relação do Porto, dando entrada na Cadeia do Limoeiro, com o fim de serem julgados no tribunal de defeza social, os camaradas António José Ferreira Ribeiro, curtidor de peles; Domingos da Silva Figueiredo, surrador; Jerónimo de Sousa, fabricante de calçado; Francisco da Cunha e Francisco da Rocha, pedreiros, tendo esta comissão apreciado a forma como aqueles camaradas foram conduzidos para a Cadeia do Limoeiro, pois vinham algemados no meio de uma força da guarda republicana. E' para lastimar que numa república que se diz liberal, se usem processos da monarquia.

A comissão recebeu uma quete tirada numa sessão de propaganda contra a carestia da vida, na sede da C. G. T., que rendeu a quantia de 17\$66 em favor dos mesmos camaradas.

Falta de médicos em Cabo Verde

A Câmara Municipal de S. Vicente reuniu extraordinariamente para apreciar a questão da falta de médicos, que está alarmando a população, enviando ao ministro das colónias um telegrama pedindo com urgência a ida de médicos para aquela provincia.

## A obra do sr. Granjo está ainda de pé

Continua o nosso jornal a ser diariamente censurado. Porquê? Para quê? Eles lá o sabem. O facto é que a violência se mantém. Protestos são inúteis, visto que o governo parece não entender essa linguagem de gente. Registamos o facto, ou melhor, continuamos a registar a arbitrariedade.

Geralmente a censura é exercida em épocas anormais, de profunda alteração da ordem. Não deixa, por isso, de representar uma violência. No entanto, e segundo o critério do Poder, justifica-se, porquanto cada um defende-se como pode, e os governos, criados para obrigar a respeitar as leis, costumam defender-se saindo fora delas. E' hábito velho, tam velho como a existência dos governos.

Na presente ocasião a censura não se justifica de modo algum, nem mesmo como medida de defeza.

Porque será então que ela existe? Se é por divertimento, havemos de concordar que é de muito mau gosto.

Usam-se assim tais medidas de excepção para quem, como nós, proclamamos a verdade, para quem verbera com desassombro o descabro a que tudo isto chegou, principalmente o problema da carestia da vida, por culpa da ganância dos comerciantes e da vista grossa dos que tem governado.

E faz-se isto, todavia, sem que os autores e executores de tal arbitrariedade assumam a responsabilidade dos seus actos, tam certo é terem a consciência de que praticam uma descabelada violência.

Procurando apoio

Movem-se diligências junto dos americanos a favor da Polónia

WASHINGTON, 26.—Fizeram-se diligências, não oficiais, junto do Departamento dos Negócios Estrangeiros, para saber se o governo americano está decidido a socorrer a Polónia em caso que os bolchevistas se neguem a negociar.—Rádio.

Os polacos brancos querem saber a opinião do governo americano

WASHINGTON, 26.—O governo polaco perguntou ao governo americano que resposta se os Estados Unidos estão de acordo em principio com a Polónia na luta desta, contra o governo dos Sovietes.—Rádio.

Trabalhadores lêde e propagai

A BATALHA



## Comp. Caminhos de Ferro Portugueses

## ÉDITOS DE 30 DIAS

A contar da publicação do presente anuário, correrão editos de 30 dias para se habilitarem junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes os herdeiros do falecido agente reformado, António Luis, chefe de distrito que foi da Divisão de Viagens e Obras, a pensão por ele legada como pensionista da Caixa de Reformas e Pensões da referida Companhia, nos termos do Regulamento de 1.º de Maio de 1897, conhecido, não impugnando a pensão, e pagando a divisação em que se encontra em requerimento da viúva Rosa Gomes Luis e seus filhos.

[illegible]

cio, correm editos de 30 dias para se habilitarem junto da Companhia dos Caminhos de Ferro, Portuguezes ou Estrangeiros do freguesia, aonde reformado, Joaquim da Silva Alves, Oliveira, ex-conductor chefe, do Serviço do Movimento, á pensão por elle ligada como contribuinte da Caixa de Reformas e Pensões da referida Companhia, nos termos do Regulamento de 26 de Maio de 1887, concorrendo á divisão ou impugnando o pedido em requerimento da viuva Maria Rosária Oliveira.

tarem junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses os herdeiros do falecido agente reformado, António Dias, sentador que foi da Divisão de Via e Obras, em pensão por ele legada como contribuição da Caixa de Reformas para o subsídio de sua viúva Jacinta, nos termos do Regulamento de 26 de Maio de 1887, concorram à divisão, ou impugnando o pedido em requerimento da viúva Jacinta Parreira Diniz e seus filhos: Francisco, Maria e Olinda.

Findo este prazo será tomada deliberação em conformidade com as disposições do

**FUNDIDORES**  
Precisam-se meios oficiais e aprendizagem.  
Travessa do Convento a Jesus, n.º 18.

**DAMIÃO & C.<sup>a</sup>**  
Especialidades em fatos, vestidos

e chapéus para crianças  
**57, Rua Garrett, 59**  
**LISBOA**  
 (285) TELEFONE 2940

**SIFILIS**

Grande descoberta de plantas para a cura da sífilis e de todas as doenças que derivam da impureza do sangue. Centenas de pessoas tem curado. Trata-se de um verdadeiro remédio por meio de ervas. Caixa, \$80. Na vessa da Oliveira, 21, rez-do-chão, direção à Estrela.

**Direção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste**

**Concurso para o provimento de  
lugar de inspector dos telé-  
grafos**

**ANÚNCIO**  
Faz-se público que até o dia 21 de Ago

to próximo futuro, está aberto concurso de  
cumental e de provas práticas para o pre-  
mento do lugar de inspector dos telegrá-  
destes Caminhos de Ferro, nos termos de  
artigo 54.º e seus parágrafos e do artigo  
59.º e seu § único da «Organização dos Se-  
viços das Direcções dos Caminhos de Fe-  
ro do Estado», aprovada pelo decreto  
5.605, de 10 de Maio de 1910.

total de 140\$00, assim discriminados: vencimento de categoria, 95\$00; gratificação, 20\$00; ajuda de custo de vida, 25\$00.

último dia do prazo e apresentem documentos comprovativos de que possuem as habilitações necessárias para o desempenho do cargo de cujo preenchimento se trata e de que satisfazem às condições estabelecidas pelo artigo 43.º da supra-citada Organização.

O concurso de provas práticas consistirá de duas partes, uma escrita e outra oral, sendo as mesmas provas prestadas e avaliadas

Os concorrentes que forem admitidos a prestar provas práticas serão, oportunamente, avisados pelo órgão responsável.

Lisboa e Serviço de Secretaria da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sudoeste, aos 23 de Julho de 1920.—O chefe do Serviço da Secretaria, *Vasco Lupi*.

de Papel

# Gois

## Sotam-Gois

...idade de papéis de em-

chinhos, manteigueliro,  
boquiles, escrita, impres-  
são e carta, bem como  
special

**pautados**  
positário geral

**REIS, L<sup>da</sup>**  
— Telefone C. 4. 317

ndega, Porto — Tel. 2.19

1871